

Emissões de gás carbônico em São Paulo vão dobrar até 2035

Vinicius Konchinski

O estado de São Paulo tem, desde 2009, uma das leis mais ambiciosas para o combate ao aquecimento global. A legislação prevê que as emissões de gases causadores de efeito estufa caiam em 20% até 2020 comparados aos níveis de 2005. Cumpri-la, porém, é um desafio. O próprio governo paulista já prevê que a quantidade de dióxido de carbono (CO₂) emitida no estado vá crescer pelo menos 55% de 2005 a 2020. Até 2035, as emissões devem mais que dobrar.

Essas estimativas constam do estudo Matriz Energética do Estado de São Paulo – 2035, da Secretaria de Energia estadual. Nele, as contas mais otimistas indicam que 85 milhões de toneladas de CO₂ serão jogadas na atmosfera por atividades desenvolvidas no estado em 2020. Em 2005, eram cerca de 55 milhões de toneladas –30 milhões de toneladas a menos. Já em 2035, serão mais de 120 milhões de toneladas de CO₂ emitidas no estado. Isso representa um incremento de cerca de 120% na comparação com as emissões de 2005.

Esses números foram apresentados na primeira reunião do Conselho Estadual de Política Energética do Estado de São Paulo, ocorrida no final do mês passado. Os dados já levam em consideração todas as políticas públicas estaduais anunciadas para redução das emissões de CO₂.

O Plano Integrado de Transportes Urbanos 2005 a 2025 (Pitu), que prevê a maior utilização do transporte coletivo, por exemplo, já foi considerado na estimativa. Também foram levados em conta os ganhos de produtividade da indústria e da agricultura, assim como a redução do uso de combustíveis fósseis como a gasolina e o diesel.

Para o pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (Nipe) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Sérgio Valdir Balay, os resultados do estudo mostram a urgência de novas políticas para redução das emissões. Segundo ele, caso o estado queira mesmo cumprir a lei, terá de tomar medidas “ousadas” e “mexer com o hábito das pessoas”.

“Precisaríamos reduzir o uso dos automóveis, já que o transporte é o maior responsável pelas emissões. As grandes empresas e o próprio Poder Público também teriam que reduzir suas emissões”, disse Balay, em entrevista à Agência Brasil.

O pesquisador afirmou que a meta de 20% de queda das emissões ainda é factível, mas parece ter sido estipulada sem os critérios necessários. “Os políticos adoram tomar decisões sem fazer um planejamento técnico”, criticou. “O que aconteceu [com as metas] foi isso.”

A Agência Brasil entrou em contato com a Secretaria de Energia, responsável pelo estudo sobre as emissões de CO₂. O órgão, porém, não se pronunciou sobre o assunto.

Já a Secretaria do Meio Ambiente informou, em nota, que a meta de 20% de redução será “seguida”. De acordo com o órgão, o estudo da Secretaria de Energia “é baseado em modelo matemático” e “está sujeito a deixar de fora variáveis”.

A pasta informou também que o Conselho Estadual de Política Energética já estabeleceu um plano de trabalho para estruturar medidas adicionais de redução de emissões dos gases de efeito estufa. “O processo da construção de como o governo cumprirá a meta será feito em discussão com a sociedade civil, órgãos de governo e setor privado”, complementou.

Fonte: Agência Brasil, 18 abr. 2011. [Portal]. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011.